

## D. JERÔNIMO THOMÉ DA SILVA E A REFORMA CATÓLICA NA BAHIA

Cristina Ferreira Santos de Souza\*

**RESUMO:** *No período de romanização da Igreja Católica, entre o século XIX e o início do século XX, o episcopado baiano manteve-se atuante para o cumprimento das novas diretrizes ditadas pela Santa Sé. D. Jerônimo Thomé da Silva, bispo da Bahia (1893-1913), empenhou-se em reforçar a soberania da Igreja na pessoa do Papa Leão XIII e implantar o catolicismo ultramontano em oposição ao avanço das correntes liberais que cobiçavam banir da sociedade brasileira a idéia do sobrenatural. A intenção do prelado era a de promover a submissão dos católicos ao Sumo Pontífice, para evitar que as decisões do governo liberal intervissem de alguma forma na fé católica. Neste sentido, fez amplo uso desse instrumento distinto de diálogo dos bispos com os fiéis que são as cartas pastorais, buscando, por meio delas, intensificar a prática sacramental e os ensinamentos da doutrina, com a finalidade de persuadir os católicos a recusarem as inovações de pensamento advindas das correntes filosóficas e doutrinárias que estavam sendo divulgadas na sociedade. A análise das cartas pastorais escritas por D. Jerônimo poderá contribuir para um melhor entendimento a respeito do processo de romanização na Bahia, já que estes documentos revelam uma nova orientação devocional e convocam os fiéis a militarem pela revitalização da piedade individual e coletiva.*

**Palavras-chave:** Igreja; Catolicismo; Romanização

### INTRODUÇÃO

A comunicação impressa no século XIX propiciou, de certo modo, uma democratização da informação, mesmo não impedindo que fosse usada para manter a influência de determinados grupos no poder. Através da imprensa, a elite letrada teve a oportunidade de divulgar suas idéias de modernização pautadas no afastamento do controle religioso. Por sua vez, as lideranças eclesiais se empenharam para que a imprensa católica compartilhasse do desenvolvimento da sociedade, criando publicações periódicas. Os prelados insistiam em divulgá-la, atribuindo a ela as funções de informar ao clero e aos fiéis a respeito da organização da instituição e de defender os interesses da Igreja contra as atuações dos seus adversários liberais (AZZI, 2001, pp.31-32).

A intenção da hierarquia eclesial era a de promover a submissão dos católicos ao Sumo Pontífice para evitar que os ideais liberais intervissem na fé católica. Neste sentido, as cartas pastorais, vistas por Thales de Azevedo como o meio privilegiado de comunicação dos bispos com os fiéis, foi o recurso utilizado para intensificar a vida sacramental e os ensinamentos da doutrina, instrumento poderoso da Igreja para persuadir os católicos na recusa às inovações advindas das correntes filosóficas e doutrinárias que estavam sendo divulgadas na sociedade brasileira (AZEVEDO, 1978, p.144).

Neste artigo procuramos evidenciar como a Igreja, recusando as inovações de idéias de influência liberal, inclusive contra a liberdade de imprensa, utilizou um instrumento impresso para reformar o clero e os fiéis. Este estudo contribuirá para elaboração da dissertação de Mestrado intitulada “*Piedade e Reforma Católica na Bahia*”, que trata da atuação dos frades menores capuchinhos no período de romanização e a participação de expressivas figuras da reforma católica no século XIX como o bispo D. Jerônimo Thomé da Silva (1893-1913).

---

\* Mestranda em História Social pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: [santos-cf@uol.com.br](mailto:santos-cf@uol.com.br). Orientador George Evergton Sales Souza.

Procuraremos demonstrar como em seu arcebispado; D. Jerônimo se empenhou por aproximar o catolicismo baiano das novas diretrizes ditadas por Roma, na tentativa de implantar o catolicismo ultramontano em oposição ao avanço das correntes liberais.

No estudo das cartas pastorais, observamos o contexto histórico e a maneira como as novas correntes ideológicas estavam sendo inculcadas na população. Nas cartas, os bispos chamavam a atenção dos fiéis para as determinações lançadas pela Santa Sé. Visando garantir sua veiculação, os prelados estabeleciam que as cartas deveriam ser encaminhadas e lidas nos conventos e paróquias para que a comunidade católica pudesse ter o conhecimento das decisões das autoridades eclesiásticas sobre as diversas questões sociais.

A implantação do catolicismo ultramontano, que tinha por objetivo maior o controle da Religião no Brasil pela Igreja de Roma, deveria ser iniciada entre a elite, as pessoas ilustres da sociedade serviriam como modelo àquelas das camadas populares (I Congresso Católico do Brasil, 1900) e era justamente entre as pessoas mais letradas que as discussões sobre o positivismo, o liberalismo, o racionalismo e o socialismo ganhavam proporções que abalavam a autoridade católica (AZEVEDO, 1978, pp.147-148). Através da veiculação de impressos, as idéias liberais chegavam da Europa e rapidamente eram divulgadas na sociedade baiana através de jornais, revistas, peças de teatro, etc.

Por se tratar de um documento religioso, as cartas pastorais poderiam sugerir conteúdos de caráter inteiramente teológico, no entanto tratava-se de textos construídos a partir de uma crítica à sociedade moderna pela absorção de discursos de tendência liberal; ao mesmo tempo era um espaço para a organização de uma investida contra os inimigos da fé através da convocação dos fiéis a uma Igreja militante que atuaria em vários âmbitos da vida social com a incumbência de reafirmar a doutrina da Igreja.

O conteúdo das cartas pastorais revestia-se de uma alocução reformadora, na qual a Igreja afirmava que a sua verdade é a única, opondo-se ao discurso daqueles que pregavam idéias inovadoras relacionadas à liberdade, ciência e razão. Para a Igreja, essas novas ideologias tinham, na verdade, o objetivo de escravizar o homem, prendendo-o a paixões e valores mundanos, que levariam a humanidade ao caos. Nas cartas, os bispos reformadores expressavam veementemente que a crise vivida pela Igreja requeria uma contrapartida que se traduziria em uma reforma dos costumes.

A utilização de textos como fontes históricas requer do pesquisador um cuidado especial com a interpretação para que seja possível atingir exatamente a intenção do autor, que provavelmente não estaria escrita de forma direta no texto. Em finais do século XIX, o manual de Langois e Siegnobos já se referia criticamente àqueles que liam os textos sem dar importância à recriação mental das intenções dos autores, limitando-se apenas a ler os textos com o objetivo de encontrar neles informações diretas. No entanto as cartas pastorais, particularmente aquelas elaboradas por D. Jerônimo (1893-1913), no século XIX, que compõem as fontes neste artigo, deixam ao leitor a intenção nítida que o autor aspirou comunicar ao clero e aos fiéis católicos (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 375).

O discurso do arcebispado da Bahia revela uma reafirmação de poder da Igreja, que não aceitava ter sido colocada fora das decisões sociais do país republicano e liberal. A hierarquia eclesiástica se dedicava a argumentar nestes documentos que a Igreja era a única instituição capaz de manter a ordem social e de impedir o desmoronamento da sociedade, já latente em consequência da decretação do Estado laico, que permitia a introdução de doutrinas filosóficas e ideológicas contrárias ao Catolicismo. As leis do novo regime foram determinadas na constituição de 1891, em que o Estado estabelecia o ensino leigo nas escolas, a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização dos cemitérios e decretava a separação entre a Igreja e o Estado. A instituição do Estado leigo desagradou imensamente à Igreja, que declarou a ilegitimidade do novo regime devido à exclusão da religião tradicional do Brasil do poder (AZEVEDO, 1978, p. 82).



A análise da forma como são estruturadas as cartas comprova que se trata de um texto reformador, porque estão definidos ali os papéis sociais individuais e coletivos. O bispo, em sintonia com as decisões da Santa Sé, ditava como deveriam comportar-se o clero e os fiéis no âmbito social e religioso. A forma de referir-se quase sugerindo uma fala direta com os fiéis, tentando convencê-los do estabelecimento de uma divisão do mundo em dois pólos extremos: o bem e o mal. Para isso, o autor fez amplo uso de uma retórica saudosista, visando enfatizar aos leitores que, em épocas passadas, quando os preceitos religiosos entusiasmavam os homens e os inspiravam no seu cotidiano, havia um clima de paz e prosperidade, ao contrário do que acontecia na era moderna em que falsos sábios se esforçavam em afastar os fiéis dos valores cristãos.

Nesta tentativa da Igreja de convencer os fiéis sobre a importância da Religião para o desenvolvimento dos aspectos políticos e sociais, havia um cuidado especial com o meio de divulgação das cartas pastorais, recomendadas pelo bispo que fossem transmitidas aos fiéis durante as missas. Isso sugere que o prelado acreditava que estes ensinamentos ditados em um ambiente religioso teriam o resultado esperado, ou seja, a assimilação das diretrizes pelos padres e fiéis. Como enfatiza Foucault, os discursos religiosos não podem ser dissociados de práticas ritualísticas que determinam para os sujeitos que falam propriedades singulares e papéis pré-estabelecidos. “Os discursos devem ser distribuídos de modo que seus autores continuem sendo os mesmos” (FOUCAULT, 1998, pp.38-40). Nesta perspectiva, as determinações escritas nas cartas pastorais e lidas nos conventos e paróquias permaneciam sob a tutela do mesmo autor, o que poderia não ocorrer caso estes escritos fossem distribuídos em outros ambientes ou lidos por alguém que tivesse uma rejeição ao discurso católico e a ele atribuísse uma interpretação diferente.

Nas cartas pastorais, o argumento da Igreja era que existia sobre a sociedade brasileira um mal que estaria destruindo-a e por isso se fazia necessária a intervenção da Igreja para liquidar as forças maléficas que acometiam a nação. Com esse discurso, a Igreja expressava o seu interesse em permanecer controlando as decisões sociais. “Os prelados insistiam que competia à Igreja a função de articular o mundo de valores a ser reconhecido pelo Estado”. (AZZI, 1994, p.19) Como ressalta Chartier, é necessário vincular o discurso com aquele que o utiliza. Nas cartas, observamos que, através das palavras do arcebispo da Bahia, é evidente a construção da realidade a partir da concepção da Igreja como sociedade hierárquica, D. Jerônimo, em sintonia com a Santa Sé, tentava impor o projeto restaurador da Igreja, exercendo o controle do bispado sobre o clero e os fiéis. Chartier traz o conceito de que os discursos não são construídos de forma neutra, as percepções do social têm por finalidade lançar estratégias para fixar uma autoridade sobre outros e implantar um projeto reformador da maneira como aqueles que ditam desejam organizar um grupo social. O recurso às cartas pastorais pode então ser entendido como um meio utilizado pela Igreja para vencer a concorrência com as correntes liberais, na disputa pelo domínio da sociedade. “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 1988, p.17).

#### **D. JERÔNIMO THOMÉ DA SILVA E A REFORMA DA IGREJA**

A revolução francesa no século XVIII e os princípios proclamados a partir dela, igualdade, liberdade e fraternidade, provocaram não somente a queda do antigo regime na França, mas mostraram para o mundo uma nova forma de enxergar a vida, desapegada dos preceitos religiosos. Com a revolução de 1789, os franceses adotaram uma concepção de Estado

que influenciou vários outros países. O separatismo garantia aos governantes liberais tomar as suas decisões de acordo com o seu discernimento do que era certo ou errado, independente dos princípios defendidos pela Igreja Católica (MARTINA, 1996, p.12).

Igreja e Estado caminharam pós-revolução em caminhos diferentes porque não havia relação alguma entre elas. Esta era a idéia difusa por escritores e políticos no período pós-revolucionário francês. A sociedade civil era caracterizada pela coletividade e se desenvolvia no sentido de alcançar prosperidade nesta vida, enquanto a religião tinha o propósito de tocar cada ser-humano de forma independente e direta com Deus, aspirando à vida ultraterrena. Contra a idéia de desvinculamento da Igreja das questões civis e que a relacionava apenas ao âmbito religioso predominou no século XIX o conceito da “*societas perfectas*”, que se contrapunha à idéia que associava o fato religioso com o puramente espiritual, para os ultramontanos a Igreja era também uma instituição de caráter social (MARTINA, 1996, p.52).

Durante todo o século XIX, a Santa Sé combateu os princípios separatistas que repercutiam na sociedade moderna como uma necessidade de afastamento do homem da influência da Religião, a saber, a introdução do casamento civil e do divórcio, o ensino leigo e a liberdade de culto e de imprensa. Nesta campanha contra as inovações liberais, o papado esteve amparado pela atuação dos bispos nas diversas dioceses.

Após a dissolução da união com os Estados, a reação da Igreja se deu de forma a incrementar a fé, “tirou de sua impotência terrena uma nova e mais profunda vitalidade” (MARTINA, 1996, p. 114). Os males que surgiram com a perda de seus bens, as concorrências com outras religiões que surgiram com vigor fizeram com que a Igreja estivesse mais intensamente voltada para o campo espiritual (MARTINA, 1996, p. 116).

Desta independência da Igreja se deu uma maior aproximação dos fiéis com o papa. A separação das questões temporais fez dele o Vigário de Cristo, incentivador de uma nova piedade mais voltada para as massas populares, com ênfase na prática sacramental (MARTINA, 1996, p. 125).

Na Bahia, em finais do período oitocentista, coube a D. Jerônimo Thomé da Silva dar continuidade ao projeto reformador da arquidiocese, iniciado pelos bispos D. Romualdo Antonio de Seixas (1827-1860) e D. Macedo Costa (1861-1891). “Embora o espírito tridentino já estivesse sendo implantado na Bahia desde o governo episcopal de D. Romualdo Seixas, foi durante as três primeiras décadas da época republicana que, de fato passou a permear de forma significativa a instituição católica” (AZZI, 2001, p. 275).

D. Jerônimo, nascido em 12 de junho de 1849, em Sobral, estado do Ceará, veio para a Bahia aos 14 anos para cursar medicina. Influenciado por D. Romualdo Seixas, decidiu pela carreira religiosa, tendo se formado no Colégio Pio Americano na Europa. Em 1891 foi nomeado bispo do Pará e logo em seguida transferido para o arcebispado da Bahia (AZZI, 2001, p.275).

Seu prelado foi marcado pelo desenvolvimento de uma reação contra outras crenças religiosas. Preocupado com a formação do clero, confiou aos padres lazaristas a direção do seminário arquidiocesano. Além dos lazaristas, outros institutos religiosos europeus foram trazidos para a Bahia durante seu bispado para reforçar o trabalho pastoral na educação e assistência social. D. Jerônimo foi um dos responsáveis pela implantação do catolicismo romanizado no qual se deu maior ênfase à doutrina e à prática sacramental na tentativa de substituir o tradicionalismo do catolicismo brasileiro, que passou a ser considerado fanatismo e ignorância religiosa (AZZI, 2001, p. 275).

Ao comunicar aos fiéis as determinações do romano pontífice, o arcebispo alertou para os cristãos a necessidade de ouvir e guardar as palavras de um pai, sobretudo de seguir o que o mestre inefável falava, para que a Igreja pudesse atravessar o período difícil, que foi o século XIX.

Após a decretação do Estado laico no Brasil, em 1891, uma das maiores preocupações para a Igreja foi a introdução do ensino leigo. Na tentativa de amenizar esta perda de espaço para

a expansão da fé católica entre crianças e adolescentes, D. Jerônimo fez alusão a uma das cartas papais, em que o Sumo Pontífice pedia aos fiéis brasileiros que a moral não andasse separada da religião. Na carta, Leão XIII ressaltava que Deus deveria ser a base de qualquer ensinamento sobre os deveres dos homens. “Sem a instrução religiosa não poderia haver bom sistema de educação” (Carta Pastoral n. 1, p.30). No discurso do bispo, o argumento era o de que a juventude não poderia ficar desprovida da fé e dos bons costumes como queriam aquelas escolas dirigidas por hereges que só mencionavam a religião católica para atacá-la e denegri-la. E indicava o ensino da religião como o meio de manter o respeito para com as autoridades eclesiásticas e civis. Para D. Jerônimo, os escândalos e a corrupção dos costumes era consequência da ignorância das verdades da fé católica e a “pouca ou nenhuma importância [...] dada ao catecismo livro santo que deveria ser colocado nas mãos das crianças” (Carta Pastoral n. 1, p.25), o que certamente evitaria a divulgação de imoralidades que estariam levando os jovens à mendicância e a prostituição comprometendo o futuro das gerações formadas pelo o ensino leigo (Carta Pastoral n. 1, pp.25-33).

Ao referir-se à família, D. Jerônimo caracterizou-a como uma sociedade doméstica na qual deveria prevalecer um regime de autoridade, caridade e obediência, qualificando respectivamente o papel do pai, da mãe e do filho. Essa ênfase na família era como um ensaio para a organização da sociedade em termos político e econômico, onde estariam estabelecidas as relações hierárquicas entre o governo e o povo, e, no âmbito econômico, ricos e pobres estariam satisfeitos com sua condição social. Assim como entre os positivistas, os católicos pregavam a necessidade de implantar a ordem na sociedade, convencendo cada cidadão a aceitar sua posição social sem questionamentos ou levantes. (AZZI, 1994, pp.55-58). O pai, a Igreja, através do bispo, determinava que deveria ser aquele que exerce a autoridade para defender a justiça, castigando os que erram e corrigindo-lhes os defeitos. O princípio de autoridade paterna deveria garantir o conhecimento temporal e espiritual, evitando a educação oferecida pelas escolas leigas para que os filhos não se desviassem do caminho do bem e se tornassem pessoas perigosas para a sociedade, travando batalhas em atos anárquicos e rebeldes contra os poderes constituídos. A opção dos pais deveria ser o ensino religioso e a rejeição às escolas do governo (Carta pastoral n. 1, p. 29).

Certo, não lhes faltaria o apoio das famílias, que todas têm horror às escolhas sem Deus. Hoje as famílias catholicas não podem ter confiança nas escolhas do governo. Muitos pequenos há que são bons, e apesar dos máos systemas de lei que nos perturbam, educam seus alunos nos salutareos princípios do Christianismo [...] Outros professores há porem, que não se recommendam as famílias catholicas, porque fazem ostentação de impiedades em presença de seus alumnos; e muitos outros são inteiramente indifferentes e procuram justificar seu indifferentismo, escudando-se na lei que prohiibe o ensino religioso (Carta Pastoral n. 1, p. 33).

As mães deveriam ser caridosas com seus filhos e cuidar de ensinar-lhes as orações, e aos filhos devia ser motivada a obediência e o respeito para fazer produzir o amor filial.

Em carta pastoral, D. Jerônimo, seguindo as instruções do Papa, aconselhava os sacerdotes a reunir em sua vida de missão como pregadores da doutrina cristã, as qualidades de sabedoria e santidade. Jamais aqueles que professavam a explicação da lei, os guias do povo poderiam viver na ignorância. Era preciso dissipar a ignorância para que sobressaíssem as verdades católicas. A busca do conhecimento era fundamental para que a Igreja pudesse combater os seus adversários liberais com a mesma arma. Os sacerdotes, além de se esforçarem por agregar o conhecimento das ciências, teriam também que viver de forma santa, cientes de que sua opção de vida não permitia o apego às coisas mundanas; para isso, era preciso que



fossem cautelosos nos gestos, no andar, nas práticas e nas conversações, de acordo com o Concílio de Trento. E reforçando seus conselhos nas palavras de Jesus Cristo, aclamava, “Vós sois o sal da terra” (Carta Pastoral n. 1, p.7). Para que os sacerdotes pudessem viver de forma moderada, deveriam apreciar os retiros espirituais, lembrava D. Jerônimo, momento em que o clero poderia aproveitar para experimentar a vida contemplativa e refletir sobre a eternidade, buscando purificar-se dos pecados. E criticou alguns sacerdotes que não viviam segundo as regras sacerdotais

Alguns sacerdotes há, felizmente poucos, que ainda não se compenetraram de seus sacrossantos deveres. Delles não se pode dizer que são a luz do mundo, porque a luz illumina, e elles com seus escândalos amam as trevas e escurecem o caminho da salvação das almas. Também não se pode dizer que são o sal da terra, porque o sal conserva e preserva cousas da corrupção, e elles não conservam as almas na graça de Deus nem as preservam de mal algum pelo contrário corrompem-nos pelos seus maus exemplos.(Carta Pastoral n. 1, p. 8).

Fazendo a ressalva que os transgressores da fé eram a minoria do clero baiano, D. Jerônimo afirmava que a maioria dos párocos da arquidiocese tinham uma conduta exemplar e dedicavam-se muito proveitosamente às atividades apostólicas.

Destacou D. Jerônimo a importância dos seminários para a formação dos candidatos à ordem sacerdotal, onde iriam eles educar-se nas letras, na doutrina e nos costumes eclesiásticos, baseados nas determinações tridentinas, principalmente no desprezo às coisas terrenas e às paixões humanas (Carta pastoral n. 1, pp. 11-16).

Esta vontade da Igreja em unir ciência e religião se concretizaria, dizia o bispo da arquidiocese da Bahia, na criação da Faculdade Metropolitana que abrigaria o curso de humanidades, de ciências filosóficas, matemáticas, morais e teológicas. Seria esta fundação de grande proveito para a religião e para a sociedade, assim como já havia acontecido na França e na Itália. O Colégio Pio Latino Americano era um bom exemplo deste modelo de educação, onde vários religiosos, inclusive o próprio D. Jerônimo, tinham se formado, bem como tanto outros eclesiásticos que ali se prepararam para enfrentar as lutas contra os pensadores modernos (Carta Pastoral n. 1, pp. 11-16).

Com relação ao comportamento dos fiéis, D. Jerônimo destacava que antigamente os cristãos eram mais observantes aos mandamentos da Santa Igreja, viviam dentro dos bons costumes e na fraternidade. No entanto a sociedade no século XIX estava sendo marcada por ódios, misérias e lutas. Estas foram as conseqüências do distanciamento dos homens de Deus e do seu temor, inclusive entre alguns católicos que, em reunião com pagãos, permitiam que ridicularizassem os dogmas da Igreja, suas práticas e caluniassem seus ministros. Para a superação desta crise, o bispo solicitou que os fiéis se reunissem, formando associações com o fim de defender os direitos de Deus e da Igreja e despertar no povo amor e submissão ao trono de São Pedro. Para D. Jerônimo, a união era uma grande virtude dos católicos, o meio pelo qual a Igreja se mantivera de pé e assim permaneceria até a consumação dos tempos.

Vemos com grande dor que os filhos do século se reúnem nas Lojas, se congregam, se associam para dar batalha ao catholicismo; e nós, Irmãos e Filhos muito amados, supportaremos em silêncio, no meio da mais criminosa indiferença, essa propaganda infernal contra a Igreja? [...] Oh! Pede a honra de Deus, pede a glória da Religião, pede o bem da sociedade que deante da attitude e actividade que desenvolvem as seitas anti-religiosas, nós os verdadeiros catholicos, reunamo-nos formando associações que tenham por fim advogar os direitos de Deus, despertar e conservar vivamente no animo do povo os

sentimentos de fidelidade amor e submissão à Santa Igreja Catholica Apostólica Romana (Carta Pastoral n. 1, p. 37).

Neste espírito de união, é que surgiram entre as fiéis novas associações religiosas destinadas a promover os bens espirituais, mas também os bens temporais da sociedade e do Estado. Refutando a idéia de que a Igreja tinha a sua ação restrita à esfera espiritual dos homens, estas associações católicas atuavam também na vida pública, desenvolvendo atividades de assistência social, como na distribuição de dispensa para os pobres, asilos para os idosos e enterramento para os indigentes.

Ao comentar o valor das associações de fiéis, D. Jerônimo destacou que o objetivo das irmandades seria a regularização da vida cristã, na promoção do culto e desenvolvimento do espírito religioso, porém sempre obedecendo às decisões da autoridade eclesial. O alvo era alimentar o controle clerical sobre as associações de leigos, retirando dos fiéis os exageros das práticas religiosas que pudessem denegrir a imagem da Igreja, como a promoção de atos supersticiosos predominantes em épocas anteriores. Dentro do processo de romanização da Igreja, as Filhas de Maria e o Apostolado da Oração eram apontadas pelo bispo como grandes exemplos de incentivo à piedade cristã assim como determinava a Santa Sé (Carta Pastoral n. 1, pp. 40-41).

D. Jerônimo, de acordo com as orientações de Leão XIII, destacou o papel da imprensa. Proferia o arcebispo que era preciso reconhecer nos jornais a sua benéfica utilidade, quando movimentavam multidões com suas notícias, no entanto este instrumento de comunicação poderia ser transformado em um recurso perigoso nas mãos dos ímpios, sendo usado para divulgar idéias subversivas e anti-religiosas.

Uma tal imprensa mata a alma, corrompe os espíritos e serve de estímulo às paixões. Esta imprensa é uma fonte ímpia e envenenada em que vivem quotidianamente milhares de indivíduos, perdendo o seu coração e corrompendo a sua alma. E vós, queridos fiéis, podereis beber nesta fonte? Podereis aceitar os periódicos que vos oferecem diariamente nas repartições, nas estações e na vida publica? Podereis lê-los sem rubor quando atentam contra os vossos sentimentos os mais sagrados. Podereis tolerar que vos apresente periódicos e outras publicações que emanam dos piores inimigos da fé e da moral.(Carta Pastoral n.1, p. 41)

E aconselhava os católicos a procurarem a boa imprensa. “Trabalhem, portanto, Irmãos e Filhos muito amados na propagação dos bons jornais, que comungam suas forças na defesa da Igreja e salvação dos princípios morais” (Carta Pastoral n. 1, p.42). Deveriam os católicos assinar os jornais como “O Monitor Catholico” e as “Leituras Religiosas” e recusarem-se a oferecer dinheiro àqueles que blasfemavam a Religião. Para o papa, a imprensa poderia ser considerada um apostolado capaz de servir aos interesses doutrinários da Igreja, mas, para que ele pudesse ter o efeito desejado pelo romano pontífice, D. Jerônimo destacava que os católicos deveriam promover através desses periódicos o combate aos insultos dos adversários (Carta Pastoral n. 1, pp. 42-43).

Quanto à separação entre a Igreja e o Estado, o bispo afirmava que, no mundo inteiro, o interesse de todos os governantes era o de buscar a paz e a prosperidade, porém sem a religião este desejo tornava-se impossível, porque a paz estava em Deus. A revolução social era indispensável, mas ela só se daria com base no Evangelho. Aqueles que estavam no poder público ocupavam este cargo em nome e por autoridade de Deus, portanto era preciso que estes governassem em conformidade com a lei da Igreja. A Igreja estava encarregada de estabelecer as regras sociais, “reprimindo os excessos e combatendo os desmandos. Irmãos e Filhos muito amados, que ninguém pode exercer o poder, de que está revestido, senão de conformidade com a



lei de Deus e da Igreja, instituída e fundada pelo mesmo Deus, Autor do homem e da sociedade” (Carta Pastoral n. 1, p. 47). E reafirmava que a Igreja Católica, apesar das propagandas infernais dos inimigos da fé, era a única instituição e maior potência moral para dirigir o conhecimento social do século.

O Brasil caminha a passos de gigante para o abismo da anarquia. Reina uma depravação geral de idéias e opiniões, em que os homens se debatem, arrastando a nação para a mais espantosa dissolução. E qual é a causa desse tremendo desasocego social? Jesus Cristo, o Príncipe da paz, foi levado para a fronteira do paiz, seguiu caminho de exílio; e sua Igreja que nenhum mal havia feito, que tantos benefícios havia produzido, foi perseguida em sua missão divina e civilisadora. A causa, portanto, Irmãos e Filhos muito amados é a falta de religião na sociedade. (Carta Pastoral n. 1, p. 22)

Em carta pastoral de 1898, D. Jerônimo comentou aos fiéis sobre o final do período oitocentista como o término deste momento de crise para a Igreja e sobre a perspectiva de iniciar-se um novo século em que Jesus Cristo triunfaria sobre todos os males que acometeram sua Igreja. Com esta mesma esperança, comunicava aos católicos o projeto do papado para solenemente os fiéis do mundo inteiro reunirem-se na intenção de homenagear a Jesus como Salvador da humanidade (Carta pastoral n. 2 pp. 5-7).

O final do século XIX não poderia ser visto pelos fiéis apenas como um marco cronológico, mas, sim, o final de um período de decadência em que a humanidade, tendo-se afastado da Religião e abraçado idéias liberais, atraiu uma diversidade de transgressões que deixaram suas marcas em mudanças sociais monstruosas influenciadas pelo liberalismo (Carta Pastoral n. 2, pp. 9-10).

D. Jerônimo, com essa concepção de aniquilamento social, profetizava que o final do século levaria com ele o liberalismo e suas conseqüências que foram a decomposição da moral, da ordem, do respeito às leis, da justiça, das famílias. Muitas pessoas que teriam acatado as concepções liberais e se distanciado da Igreja desejavam então retornar à crença aos preceitos de Deus. E o único legado que deixava o liberalismo era a necessidade de penitência, reparação e um exame de consciência para todos os povos (Carta Pastoral n. 2, pp. 22-23).

O combate ao liberalismo por parte da Igreja Católica deu-se principalmente pela decretação do estado leigo e a crença unicamente na razão humana como verdade, desligando o Estado de leis transcendentais e retirando da Igreja a participação nas decisões que fugiam à esfera religiosa. Com o objetivo de mostrar aos católicos que as idéias liberais pouco podiam contra os poderes de Deus e da Igreja, D. Jerônimo assinalou a fragilidade do pensador iluminista ao anunciar a brevidade da influência católica

Não Há quem não saiba que Voltaire havia pedido vinte annos para exterminar a Religião de Jesus Christo, dentro de vinte annos Deus terá sido vencido, blasfemou Voltaire em carta a D’Alambert escripta em 25 de fevereiro de 1758 e precisamente no dia em que completava-se o prazo fatal, isto é, no dia 25 de fevereiro de 1778, não era a Religião porem Voltaire, o ímpio blasphemo, que desaparecia na voragem do tumulto (Carta pastoral n.3, p.12)

Para o bispo, cada século, na história da humanidade, tinha deixado o seu qualificativo. O décimo nono com os avanços das ciências, foi também o século da matéria com o fim único dos bens sensíveis. Os homens atribuíam suas conquistas ao seu próprio esforço; isso, segundo D. Jerônimo, foi conseqüência da impiedade do século XVIII que fez o homem esquecer-se de Deus e tentado apagar da sociedade a influência do Evangelho. Por essas heresias, o mundo estaria repleto de tiranos que na disputa pelo poder espalhavam, discórdias civis, carnificinas, crime de

todo gênero, imoralidades de toda espécie e anarquias. Todas estas tragédias humanas eram resultantes da pequenez do homem e de sua sandice em querer destruir a Igreja de Jesus Cristo (Carta pastoral n. 2, p. 9).

O homem que nada conhece, nada vê, nada entende, que pode ser levado amanhã, hoje, agora mesmo pela onda que passa, pelo vento que sopra, pela pedra que cahe, pelo minuto que soa; o homem esse ser tímido, incerto, miserável vulto do acaso, ludibrio do minuto que passa – é este o homem, humilde verme da terra que quer destruir as obras de Deus e impugnar a religião que Elle regou com o seu sangue?! Que selou com sua morte e á qual prometeu sua assistência?! Miséria das Misérias! (Carta pastoral n.3, p. 13).

D. Jerônimo alertava aos fiéis que as campanhas anti-católicas empreendidas pelos hereges multiplicaram-se durante todo o século XIX, o racionalismo, monismo, ateísmo, socialismo, comunismo, nihilismo, materialismo, positivismo e espiritismo, todas estas modalidades teriam sido, segundo ele, formadas por falsos filósofos que se utilizaram de vários meios de divulgação para fazer penetrar suas idéias na sociedade. Muitas dessas doutrinas de origem européia chegavam à sociedade brasileira através dos jornais, revistas, peças de teatro e atingia as mentes de pobres e ricos, tendo como resultado o afastamento dos valores cristãos e, por conta dessa alienação dos católicos, a Igreja passou a ser motivo de piadas e estava incluída em qualquer assunto desde que fosse para profaná-la. Muitos desejavam manifestar sua educação mostrando-se indiferente à fé. Mas, apesar das ofensas, a Igreja permanecia invicta (Carta pastoral n. 2, p. 10).

Immensa maioria desses periódicos são escriptos em sentido racionalista e anti-catholico e trabalham tenazmente para abalar os fundamentos da fé christa e derrubar o edificio da Egreja. Calculem, pois, nossos adversários, se é possível, quantos e quantos milhões de golpes de invectivas, de insultos, de ataques quotidianamente á Egreja de Christo, e digam se é possível resistir em um so dia a esse universal e formidável“ tole”? Nas cousas humanas e naturaes não há potencia capaz de resistir, a esses rudes golpes[...] Será ou não milagre isto? Será ou não obra de Deus na Egreja contra a qual vão quebrar-se todos os poderes da terra.(Carta Pastoral n. 3, p. 14).

Para a regeneração da sociedade brasileira contra os princípios filosóficos e ideológicos, a hierarquia eclesial queria a união entre a política e a religião. Mesmo tendo afirmado a ilegitimidade do novo regime, era de interesse do episcopado buscar formas de entendimento com o poder constituído. Apesar de ateu na visão dos bispos, o poder político continuava a ser uma dádiva de Deus e não poderia ser contestado de maneira ofensiva, por isso, os bispos se reservavam apenas a exigir os direitos que entendiam competir à Igreja

Não queremos que o Estado escravise como outr’ora a Igreja, nem que d’ella se separe. Queremos a união pacifica entre os dois poderes. Queremos que a política do Brasil seja uma política chistã, catholica, inspirada pela fé, guiada pela razão, sustentada pelo bom senso, só assim serão salvaguardados os verdadeiros interesses religiosos, político e sociais de um povo, que em sua maioria é catholico e deve ser respeitado (Carta Pastoral n. 4, p. 27).

E declama o arcebispo da Bahia, lembrando Pio IX, “*A Egreja e a sociedade não têm outra esperança senão no Coração de Jesus. Só Elle poderá remediar os males que nos afflingem*”. E clama D. Jerônimo, “*Coração de Jesus defendei a Egreja; Coração de Jesus, salvae o Brasil*” (Carta Pastoral n. 4, p. 27).

## CONCLUSÃO

Para aqueles pesquisadores interessados na reestruturação do catolicismo baiano no século XIX, a análise das cartas pastorais do arcebispado da Bahia, em finais do período oitocentista, pode contribuir para o aprofundamento de conhecimento sobre o assunto, pela relevância do discurso de D. Jerônimo, significativo para o estudo da romanização por revelar o interesse da hierarquia eclesiástica em divulgar idéias conservadoras, com o objetivo de despertar na comunidade católica o receio pelos valores da sociedade moderna provenientes do processo de secularização. Na visão reformista da Igreja, as inovações liberais da sociedade deveriam ser evitadas para que a fé católica não fosse de alguma forma afetada. O uso das cartas pelo prelado pode ser entendido como um meio de amplamente expressar o ideal católico para vencer a concorrência com os liberais e atingir o clero e os fiéis com seu propósito de permanecer ditando os valores sociais.

Com a conclusão deste trabalho, esperamos que a reflexão nele exposta sobre a reforma católica na Bahia possa, através de sua veiculação, promover o interesse de outros pesquisadores pelo assunto e que as abordagens desenvolvidas fomentem reflexões não somente entre aqueles interessados na história da Igreja, mas também por estudiosos da história do Brasil República, pois a reforma empreendida pela Igreja, neste período, reflete todo o contexto do país, que, influenciado pelas correntes liberais européias, manifestava o pensamento nacional em elevar-se ao grau de civilização dos povos europeus, disto decorrendo o afastamento dos valores religiosos, que até então constituíam a base da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **A Sé primacial de Salvador: a Igreja Católica na Bahia (1551-2001)**. Petrópolis: Vozes: Salvador: UCSAL. 2001. {Vol. II – Período Imperial e Republicano}.

\_\_\_\_\_. **A crise na Cristandade e o projeto liberal**. São Paulo, Paulus, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Altar Unido ao Trono, um projeto conservador**. Edições Paulinas São Paulo, 1992

\_\_\_\_\_. **O Estado Leigo e o Projeto Ultramontano – História do pensamento católico no Brasil – IV**. Paulus. São Paulo. 1994.

CARDOSO, C., VAINFAS, R. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva, Arcebispo da Bahia. (carta n.1): Publicando a carta do Santíssimo Padre Leão XIII, Imprensa Econômica, 1894.

Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia. (carta n. 2). Ao findar o século XIX. E ao começar o século XX, Imprensa Econômica, 1898.

Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia. (carta n.3). Por ocasião de seu regresso da Visita Limina Apostolorum, Officina Dois Mundos, 1895.



Carta Pastoral de D. Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia (carta n. 4). Por ocasião de sua transferência da Sé Episcopal do Pará, Imprensa Econômica, 1894.

CHARTIER, Roger. **A Historia Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1998, pp. 13-28.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1998.

PRIMEIRO Congresso Católico do Brasil. Typographia A Vapor, 1900.

MARTINA, G. **A História da Igreja de Lutero a nossos dias**. São Paulo: Loyola, 1995.